

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/05/2015 a 31/05/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Encontro debate Reforma Agrária e Crédito Fundiário nos estados do Nordeste – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/05/2015	3
Crédito Instalação incentiva produção em assentamentos baianos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/05/2015.....	4
Famílias de seis assentamentos extrativistas no Amapá recebem crédito Apoio Inicial – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/05/2015.....	5
Comitê aprova recursos para o Crédito Fundiário em 2015 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/05/2015	6
Mais 6,6 mil agricultores familiares têm direito ao Garantia-Safra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/05/2015.....	7
Crédito Fundiário beneficia 82 famílias de agricultores no MS – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/05/2015	8
Cortes no orçamento da Agricultura Familiar? Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 26/05/2015	9
Regional Norte e Centro-Oeste discutem Reforma Agrária e Crédito Fundiário – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/05/2015.....	10

Encontro debate Reforma Agrária e Crédito Fundiário nos estados do Nordeste – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 04/05/2015

Acesso à terra e habitação rural são os principais temas do Encontro Regional de Reforma Agrária e Crédito Fundiário, que ocorre hoje (4) e amanhã (5), em Fortaleza (CE). O evento visa a avaliação de resultados e a proposição de estratégias para ampliar as ações e o acesso às políticas públicas que promovem o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza rural no NE, entre elas o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF/MDA).

“Temos convicção do enorme potencial que a agricultura familiar do Nordeste tem para contribuir com a soberania e a segurança alimentar brasileira. Para tanto, temos que enfrentar a questão fundiária na região, intensificando as ações de regularização fundiária e de acesso à terra. Esse é nosso compromisso, esse é o compromisso do MDA”, disse o secretário de reordenamento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Almeida, aos participantes.

Um dos principais temas discutidos foi a ampliação do acesso, pelos agricultores familiares, à linha Combate à Pobreza Rural (CPR) do PNCF, importante instrumento de aquisição de terra para os trabalhadores rurais nordestinos, inscritos no CadÚnico. Além de possibilitar o acesso à terra, a linha prevê recursos, não reembolsáveis, para infraestrutura básica (água, luz, cercamento) e produtiva (compra de sementes, insumos, animais).

PNCF contribui para o desenvolvimento

De acordo com o jovem beneficiário de Amaraji (PE), Luis Alexandre Barros de Lima, que junto a mais quatro famílias acessou a linha CPR em 2006, o programa de Crédito Fundiário foi o marco inicial para o seu desenvolvimento e o de sua família. O agricultor conta que com o dinheiro do recurso não reembolsável pode estruturar a propriedade.

“Nossa moradia melhorou e pudemos investir na diversificação e na qualificação da produção. Depois acessamos o Pronaf e crescemos ainda mais. Aos pouquinhos, fomos eliminando os atravessadores e com a venda direta nossa renda triplicou. Nada disso seria possível se não tivéssemos um programa (PNCF) que nos permitisse comprar a terra em que trabalhávamos, no nosso município. A terra é a mesma, o que mudou foram os donos, que agora somos nós”, contou, satisfeito, Lima.

Adriana Brasil é uma das seis beneficiárias da Associação Irmãos Brasil, em Assaré (CE), adquirida também pela linha CPR do PNCF. Segundo ela, antes de acessarem o programa, eles trabalhavam na terra dos outros para se manter. “Nós sobrevivíamos. Quando recebemos a terra investimos o recurso do SIC (Subprojeto de Investimento Coletivo) na construção das casas e na compra de animais. Criamos porco, galinha, ovelha e produzimos frutas e hortaliças, que comercializamos nas feiras de Assaré e Potengi, nas vendas dos municípios e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Quando me perguntam o que mudou na nossa vida, eu digo com muito orgulho: tudo. Antes do Crédito Fundiário não tínhamos nada. Hoje temos terra, casa, renda e dignidade”, completou a jovem beneficiária.

Para o secretário de política agrária da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Zenildo Xavier, o evento permite as federações e lideranças retomarem o debate sobre a importância do crédito fundiário como política complementar de reforma agrária para a região Nordeste.

“O PNCF tem, no NE, seu foco principal no combate a pobreza rural, permitindo que agricultores do semiárido possam adquirir sua terra e se desenvolver de forma sustentável, garantindo a produção de alimentos saudáveis. Tem ainda o importante papel de promover a sucessão familiar, permitindo que os jovens trabalhadores rurais permaneçam no campo”, salientou Xavier.

Promovido pela Contag, como parte das estratégias prevista no convênio firmado com o MDA, o encontro reúne cerca de 200 participantes entre presidentes, diretores de agrária e lideranças sindicais das nove federações dos estados do Nordeste (NE).

Programa Nacional de Crédito Fundiário

O PNCF é uma política pública do Governo Federal criada para que agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. Funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento permite ao agricultor construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode ser individual ou coletivo.

Gerido pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), o PNCF já beneficiou mais de 135 mil famílias em 21 estados.

Linha Combate à Pobreza Rural

A linha CPR, do PNCF, prevê juros de 0,5% ao ano para inscritos no CadÚnico do Governo Federal e que vão acessar terra de maneira associativa. O recurso para investimento em infraestrutura não é reembolsável.

Crédito Instalação incentiva produção em assentamentos baianos – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/05/2015

A assentada Tainá Avelar, 19 anos, pretende ampliar a renda da família com o Crédito Instalação, na modalidade Fomento Mulher. Ela recebeu um dos cartões do assentado durante a assinatura da portaria de criação do assentamento Jacy Rocha/Antonio Araújo, na última quinta-feira (30), no município do Prado, Extremo Sul da Bahia, na Fazenda Colatina.

O evento contou com as presenças do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e da presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón.

O Crédito Instalação, nas modalidades Fomento Mulher e Apoio I, foi concedido para 226 famílias dos assentamentos Reunidas Rosa do Prado e Maçaranduba Nova

Esperança, durante o evento na Fazenda Colatina. Ao todo, os recursos somam R\$ 559,8 mil que incentivam a produtividade nessas áreas.

Tainá, que vive no assentamento Maçaranduba Nova Esperança, no município de Maraú, no Litoral Sul, conta que irá investir o recurso na implantação de galinheiro e na aquisição de pintinhos. “Também pretendo limpar a roça para plantar mais bananas”, acrescenta.

Ela ainda não tem filhos e trabalha junto com o marido na lavoura de cacau e na extração da seringa. Segundo a assentada, a família possui uma renda média que oscila entre R\$ 1 mil e R\$ 1,7 mil. “A reforma agrária mudou minha vida. Não tinha casa, nem renda, nem chão. Agora tenho e a vida está boa”, completa.

Créditos

O assentamento Reunidas Rosa do Prado, que também fica no Prado, teve 197 famílias beneficiadas com o crédito na modalidade Apoio I para aquisição de alimentos, instrumentos de trabalho e sementes para o início da produção agrícola. Cada família recebeu R\$ 2,4 mil.

Já na área de reforma agrária Maçaranduba Nova Esperança, 29 mulheres foram contempladas com o crédito Fomento Mulher, no valor de R\$ 3 mil cada, para implantar projetos produtivos.

Investimentos

Os sonhos da trabalhadora rural Marileuza Santos, são semelhantes aos de Tainá Avelar. Ela também investirá o recurso do Fomento Mulher na construção de um galinheiro e na aquisição de pintinhos. “Com a criação, temos os ovos e animais que podemos criar no quintal”, explica.

Para a assentada, Lidiomar Oliveira do Amparo, o Fomento Mulher é um recurso que chega num momento oportuno. A assentada pretende limpar e ampliar as lavouras de cacau com mudas clonadas (resistentes à vassoura-de-bruxa, fungo que atinge cacauzeiros), além plantar mais coco, mandioca e bananas.

Famílias de seis assentamentos extrativistas no Amapá recebem crédito Apoio Inicial – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/05/2015

Os beneficiários da Reforma Agrária no Amapá integrantes dos projetos de assentamento extrativistas Igarapé Novo, Sucuriju, Carapanatuba, Ipixuna Miranda, Foz do Mazagão Velho e Nossa Senhora da Conceição já estão recebendo o crédito de Apoio Inicial.

Os recursos são, basicamente, para aquisição de itens de primeira necessidade. Cada uma das cerca de 450 famílias beneficiadas com o crédito vai receber R\$ 2,4 mil.

Segundo a superintendente do Incra/AP, Maria Assunção Almeida, os recursos vão ajudar muito a essas famílias e ao Estado. “Os recursos recebidos servirão para as famílias adquirirem bens e produtos para facilitar suas vidas. Os créditos também vão

ajudar a economia do Estado com a ampliação da circulação de recursos financeiros feitos com a aquisição de produtos”, afirma.

O Amapá tem atualmente 14,7 mil famílias assentadas, lotadas em 50 assentamentos.

ATES

Uma oficina sobre o “papel da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) no manejo florestal comunitário” foi realizada no período de 5 a 8 de maio de 2015, no auditório do Ibama, em Macapá (AP), com participação de dezena de servidores do Incra lotados na Superintendência Regional da autarquia no Amapá e na sede nacional, em Brasília.

A ideia do evento foi construir referenciais que orientem a inclusão das chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) dos serviços necessários para a elaboração e execução de um Plano de Manejo Florestal Comunitário.

No Amapá cerca de 3,7 mil famílias já foram beneficiadas com os serviços de Assessoria Técnica Social e Ambiental, contratados desde 2013.

Comitê aprova recursos para o Crédito Fundiário em 2015 – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/05/2015

O Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR), que permite a pactuação de recursos para novos financiamentos de terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em 2015, foi aprovado nesta terça-feira (12), durante a 24ª reunião do Comitê Permanente do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário. O PAAR prevê a aplicação de R\$ 210 milhões, que vai beneficiar mais de 4,1 mil famílias de agricultores, para aquisição de imóvel rural e estruturação das propriedades.

Na abertura do encontro, o secretário de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), Adhemar Almeida, destacou a participação dos movimentos sociais de trabalhadores rurais e da agricultura familiar no PNCF, responsáveis pela mobilização de 70% dos agricultores familiares que acessaram o PNCF em 2014. “Tem sido crescente o comprometimento das organizações (Contag, Fetraf e PJR) com a execução do programa, o que vem contribuindo para a maior qualificação dos projetos de Crédito Fundiário”, observou.

Durante o evento, ficou definida, ainda, a execução de um Seminário, onde serão avaliados o processo de renegociação das dívidas; as ações de Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária; bem como a necessidade de aprovação de aumento dos tetos do PNCF.

“Para a gente, da Pastoral da Juventude Rural, ter assento nesse Comitê é fundamental. As reuniões têm nos ajudado a compreender melhor o Crédito Fundiário como uma alternativa de acesso à terra. Hoje, o PNCF é uma política primordial, para que a juventude rural possa permanecer no campo”, disse o articulador estadual da PJR em Minas Gerais, José Maria da Silva.

O Comitê

O Comitê do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário foi criado pela Resolução nº 34, de dezembro de 2003, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

Entre as atribuições do comitê estão a análise de propostas que promovam o acesso à terra; o acompanhamento e monitoramento dos programas financiados pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária; e o acompanhamento das avaliações de desempenho e de impacto desses programas.

O grupo é formado por representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de membros dos movimentos de trabalhadores rurais – Contag, Fetraf/Brasil e PJR e de entidades parceiras do PNCF.

Mais 6,6 mil agricultores familiares têm direito ao Garantia-Safra – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/05/2015

Mais de 6,6 mil agricultores familiares receberão o benefício do Garantia-Safra, neste mês de maio. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) autorizou o pagamento para auxiliar agricultores familiares de 12 municípios do Nordeste e do Semiárido que tiveram perdas de safra devido à seca.

Os novos beneficiários foram incluídos para receber a primeira parcela do benefício, referentes à safra 2013/2014. Eles são de Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte. A medida está na portaria nº 16 publicada no Diário Oficial da União.

O benefício é pago em cinco parcelas de R\$ 170 cada, totalizando R\$ 850 por agricultor. Os pagamentos seguem as mesmas datas definidas pelo calendário de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal. A cada mês uma nova portaria é publicada incluindo novos beneficiários.

No total, em maio, foram mais de R\$ 29 milhões para o pagamento do Garantia-Safra a 172.248 agricultores familiares de 196 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Como aderir

O agricultor deve verificar se sua cidade participa do Garantia-Safra. Para isso, o município deve assinar o Termo de Adesão com o governo estadual e definir a quantidade de agricultores que vão participar.

Para se inscrever, o agricultor deve procurar o escritório local de assistência técnica ou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município para fazer a inscrição. É preciso ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Depois, deve procurar a prefeitura para receber um boleto e fazer a adesão ao Garantia-Safra. O pagamento do boleto deve ser feito em uma agência da Caixa Econômica Federal ou correspondente bancário, dentro do prazo definido para o município. A adesão deve ser realizada antes do plantio.

Quem tem direito

Podem participar do Garantia-Safra, agricultores familiares, com renda familiar mensal de, até, um salário mínimo e meio, com área total a ser plantada de, no mínimo, 0,6 hectare e, no máximo, 5 hectares.

Tem direito a receber o pagamento agricultores aderidos de municípios com perda comprovada de, pelo menos, 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca e algodão.

O benefício do Garantia-Safra é pago com recursos do Fundo Garantia-Safra, composto por contribuições do agricultor, do município, do estado e da União.

Crédito Fundiário beneficia 82 famílias de agricultores no MS – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/05/2015

Ser dono da própria terra, ter uma casa, produzir de maneira qualificada - com assistência técnica e irrigação – frutas, grãos, mandioca, bem como investir na criação de animais. Um sonho que se tornou realidade para 82 famílias de agricultores, do município de Jardim (MS), que receberam as escrituras de suas propriedades rurais, financiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF/MDA).

A área de 499,96 hectares adquirida, por meio da Linha do PNCF Combate à Pobreza Rural, foi dívida em três associações: Conquista do Mimoso, Boa Vista e União Jardim, com 27, 27 e 28 famílias associadas, respectivamente. Além dos R\$ 4,5 milhões para a compra da terra, será disponibilizado um recurso, não reembolsável, de R\$ 1,2 milhão de Subprojeto de Investimento Comunitário (SIC) para a estruturação da propriedade (contratação da assistência técnica, construção de casas, perfuração de poços, implantação de rede de distribuição de água, compra dos animais, cercamento da propriedade).

Para Dalciria Dias Felix, presidente da associação Boa Vista, a mudança foi muito grande e a alegria também. “Estamos vivendo um sonho. Desde muito tempo trabalho na roça, primeiro com meus pais e depois com o meu marido, mas sempre na terra dos outros. Passamos 10 anos acampados, foi muito difícil, mas agora posso dizer orgulhosa: tenho minha própria terra.”

A agricultora conta, ainda, que não vê a hora de começar a plantar, colher as frutas que tem na propriedade e construir sua casa. “Com o Crédito Fundiário pude comprar uma terra boa, com pomar e nascente, que vou proteger com carinho. Com o recurso de SIC vou plantar mandioca e criar umas vaquinhas, garantindo o leite e o queijo, para ajudar no pagamento do financiamento. É uma enorme conquista, pois passei de sem terra para proprietária”, comentou entusiasmada a Dalciria ao salientar que sempre acreditou que esse dia chegaria.

Programa Nacional de Crédito Fundiário

O PNCF é uma política pública do Governo Federal criada para que os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra possam adquirir imóveis rurais. O programa funciona como uma política complementar à reforma agrária, uma vez que permite a aquisição de áreas que não são passíveis de desapropriação.

Além da terra, o financiamento - que tem juros e prazos bem acessíveis - disponibiliza recursos para infraestrutura básica e produtiva, acompanhamento técnico e o que mais for necessário para que o agricultor possa se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode ser individual ou coletivo.

Gerido pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), o programa, desde sua implantação, já beneficiou mais de 136 mil famílias.

Cortes no orçamento da Agricultura Familiar? Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF). 26/05/2015

Governo divulga orçamento, mas acordo de não haver cortes em programas é descumprido.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgou nesta sexta-feira (22), os números do contingenciamento orçamentário deste ano de 2015. Percebe-se que para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai haver cortes de aproximadamente 50% do orçamento previsto. Para a FETRAF/BRASIL o anúncio é preocupante, uma vez que na semana passada, o Ministro da fazenda Joaquim Levy e os Ministros Patrus Ananias (MDA) e Miguel Rossetto (Secretária Gera da República), em reunião conjunta, haviam assumido o compromisso de que nos orçamentos relacionados à agricultura familiar e reforma agrária não haveria cortes significativos, atendendo uma reivindicação apresentada pela FETRAF. No entanto, na apresentação do orçamento, os cortes foram anunciados.

A FETRAF/BRASIL neste momento dialoga com os ministérios que desenvolvem programas importantes para a agricultura familiar, tais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o INCRA, para saber efetivamente o que este corte representa em cada uma das pastas e em cada um dos programas que já existem.

Ainda é preciso perceber e estudar junto a cada um dos ministérios como vai ficar os programas que auxiliam a agricultura familiar. Antes de ter um posicionamento oficial em relação ao orçamento, Marcos Rochinski, coordenador nacional da FETRAF explica que aguarda o cumprimento do que foi firmado entre Ministério da Fazenda e a FETRAF. “É necessário manter toda base mobilizada. Se os cortes forem significativos e impactarem efetivamente a condição de produção e de renda dos agricultores familiares, não será descartada a possibilidade de ações que incluem novas manifestações realizadas nos estados ou na Capital Federal”.

Marcos ainda esclarece que o povo brasileiro é quem vai perder com os cortes no orçamento da agricultura familiar. “Precisamos que o governo nos garanta as condições de continuarmos trabalhando. Nós agricultores familiares queremos continuar produzindo alimento para matar a fome do povo brasileiro. No entanto as condições objetivas precisam ser garantidas pelo governo federal”. Finaliza o Coordenador.

Regional Norte e Centro-Oeste discutem Reforma Agrária e Crédito Fundiário – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 27/05/2015

Diretores da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg) e dirigentes sindicais goianos participaram, nesta terça e quarta-feira, do Encontro Regional Centro-Oeste e Norte de Reforma Agrária e Crédito Fundiário. O evento foi promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), no Papillon Hotel, em Goiânia.

Os goianos se juntaram a representantes sindicais e trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins e Rondônia para analisar a implantação da Reforma Agrária e do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) nessas regiões, além de construir propostas e indicar metas para ações nos estados. Durante o encontro, também discutiu-se sobre as demandas por habitação rural nos assentamentos de Reforma Agrária e nas unidades produtivas do PNCF e sobre o processo de construção da Marcha das Margaridas, que será realizada, nos dias 11 e 12 de agosto, em Brasília.

Para o presidente da Fetaeg, Alair Luiz dos Santos, eventos como esse são essenciais para o MSTTR analisar quais são os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais em alguns programas. Alair pontua que o PNCF é uma ferramenta importante na complementação da Reforma Agrária, mas que há certos entraves. “Sobre o Crédito Fundiário, não sei nos outros estados, mas aqui em Goiás temos um grande problema chamado UTE. A unidade foi criada para dar andamento ao programa, mas, na maioria das vezes, faz o contrário”, afirma.

Alair também fez uma análise sobre a situação de Reforma Agrária no estado. “Além do número de famílias acampadas, aguardando até mais de 10 anos por um pedaço de terra, existe outra dificuldade em relação à documentação da terra. Existem casos de trabalhadores que estão assentados há mais de 20 anos, mas que ainda não conseguiram a titulação da sua terra. Isso é um absurdo”, finaliza o presidente da Fetaeg.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa